

O olhar crítico da intelectualidade latino-americana sobre a modernidade¹

Heber Silveira Rocha²

INTRODUÇÃO

O estadunidense Immanuel Wallerstein (1980) nos falou de um sistema-mundo, Aníbal Quijano (1992) a partir de um lugar subalterno, nos conduzirá a ideia de um mundo moderno-colonial. Desde a década de 1990, um conjunto de autores têm debatido as perspectivas latino-americanas sobre a modernidade a partir de um olhar fora do eurocentrismo colonial.

Dessa forma, autores de diferentes nacionalidades pensam o desenvolvimento histórico da América Latina com as próprias lentes analíticas, fugindo da categorização pensada pelos europeus. Dentre os principais nomes, destacamos alguns, como o mexicano Pablo González Casanova, o venezuelano Edgar Lander, o peruano Aníbal Quijano, o boliviano Álvaro García Linera, a tradição da Escola Cepalina ainda nas décadas de 1950 e 1960 (Celso Furtado e Raul Prebisch), além, é claro, do grande geógrafo brasileiro Milton Santos. Outro autor de grande referência, porém não latino-americano, é o português Boaventura de Sousa Santos que criou as bases das epistemologias do sul (2009).

Desde as pesquisas de Aníbal Quijano (1928-2018) sobre a colonialidade, um conjunto de estudos tem procurado retomar as problemáticas histórico- sociais que eram consideradas encerradas ou resolvidas nas ciências sociais-latino-americanas.

A revisão da constituição histórica da modernidade e de suas transformações na América Latina foi o ponto central a partir do qual essas questões se articularam, à luz da categoria colonialidade, como anterior à ideia da modernidade. A posterior configuração daquilo que Arturo Escobar (2005) chamou de projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD) resultou no aprofundamento e na expansão sistemática de estudos nessa área.

A colonialidade, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (Boaventura de Sousa Santos, 2009), como será exposto adiante.

¹ Texto publicado na plataforma digital do GETIP Grupo de Estudos sobre Tecnologia e Inovação na Gestão Pública/EACH-USP. Disponível em <http://www.getip.net.br>

² Professor substituto da EACH-USP no curso de Gestão Ambiental. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP. Mestre em Administração Pública pela FGV-SP. Doutor em Ciência Política pela IFCH-UNICAMP.

De acordo com Aníbal Quijano (1992) o modelo de exploração na América Latina foi mundialmente imposto. A população de todo o mundo foi classificada, antes de mais nada, em identidades raciais e dividida entre os dominantes/superiores "europeus" e os dominados/inferiores "não europeus". A cor da pele foi definida como a marca "racial" diferencial mais significativa, por ser a mais divisível, entre os dominantes/superiores ou europeus, de um lado, e o conjunto dos dominados/inferiores, do outro.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial.

As relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas *idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e*

dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial

Desse modo, vinculou-se aos dominadores europeus o atributo da 'raça branca' e a todos os dominados "não europeus" o atributos de "raças de cor". A escala de gradação entre o "branco" da "raça branca" e cada uma das outras "cores" da pele, foi assumida como uma gradação entre o superior na classificação social "racial".

Os territórios e as instituições políticas foram classificados pelo padrão eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, precisamente, segundo o lugar que as "raças" e as suas respectivas "cores" tinham em cada caso. Assim, se articulou o poder entre a colônia Europa e a América Latina. As instituições de poder em cada local visaram naturalizar o controle eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na natureza". E cada uma dessas categorias impostas desde a Europa, terminou sendo aceita até hoje, pela maioria, como expressão da natureza e geografia do poder mundial e não da história do poder no planeta.

As elites das colônias foram intermediárias na cadeia de transferência de valor e de riquezas da 'periferia colonial' para o 'eurocentro' ou associados dependentes, como discorre a teoria da dependência cepalina.

Os estados-nação do centro constituíram-se, tendo, primeiro, como contrapartida os estados coloniais e, depois, os estados-nacional dependentes. Como parte dessa relação, os processos de cidadanização, de representação desigual mas real dos diversos setores sociais, a retribuição em serviços públicos da produção e da tributação dos trabalhadores, na perspectiva de Esping-Andersen (1991) e Marshall (1967), não deixou de ser, definitivamente, privilégio do centro, porque o seu custo é pago, em ampla medida, pela exploração do trabalho da periferia colonial em condições não democráticas e não nacionais, ou seja, como sobre-exploração.

Devido a essas determinações, todos os países cujas populações são na sua maioria vítimas de relações 'racistas/eticistas' de poder, não conseguiram sair da 'periferia colonial' na disputa pelo 'desenvolvimento'.

1. **A crítica à perspectiva eurocêntrica de mundo e de modernidade**

Milton Santos, geógrafo brasileiro, foi intelectual negro, crítico da chamada segunda globalização, iniciada no fim do século passado (a primeira seria o processo de colonização com as grandes navegações). Mais de vinte anos após a sua morte, sua obra segue atual, antecipando conceitos hoje amplamente trabalhados no mundo acadêmico, como a ideia de Sul Global e de pensamento decolonial. "Descolonizar é olhar o mundo com os próprios olhos, pensá-lo do ponto de vista próprio", "o Centro do mundo está em todo lugar, o mundo é o que se vê de onde se está"

O professor, de origem baiana, é responsável por desenvolver novas compreensões de conceitos como espaço geográfico, lugar, paisagem e região. Defendeu que o uso de um território é político e deve ser estudado para entender as sociedades. Deu atenção especial para a economia urbana dos países tidos como "subdesenvolvidos" e acredita que, uma vez unidos, os povos darão novo sentido à humanidade.

Para o geógrafo, das periferias globais sairia a possibilidade de uma nova relação entre os países do globo, com mais igualdade e menos injustiça entre os povos. A cultura popular e a crescente capacidade de se comunicar impulsionada pelas novas tecnologias da informação dariam resultados.

Quijano (1992) afirma que as teorias do centro não serviriam para explicar as peculiaridades dos acontecimentos do Sul porque tais autores não vivenciaram nesta parte mundo a caracterização de uma sociedade impedida naturalmente de se desenvolver. A vivência em determinadas realidades são cruciais para situar teoricamente questionamentos e as devidas explicações para acontecimentos históricos.

Os textos da teoria social envolvem principalmente uma reificação da experiência social do norte. Às vezes, isso é bem direto, como quando somos informados de que vivemos em uma sociedade redes, ou numa sociedade risco, ou na pós-modernidade - todas caracterizadas por experiências sociais que a maioria da população do mundo não vive (CASTELLS, 2002). Nas formas mais sofisticadas e poderosas de teoria, contudo, a reificação da experiência social da metrópole ocorre num nível mais abstrato.

Segundo Quijano (1992) os estudos decoloniais compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade. Esses procedimentos conceituais são:

1) A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século XV e o início do século XVI, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é amplamente difundido;

2) A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema-mundo/capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global;

3) A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo;

4) a assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados;

5) a subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade;

6) a designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade.

As relações entre metrópole e periferia são as mais nítidas. Ainda assim, a abundante literatura sociológica feita no Norte frequentemente projeta características da modernidade ou pós-modernidade da metrópole/centro para outros espaços. Segundo **Connell (2007)**, ao refletirem sobre neoliberalismo, escritores do Norte quase nunca citam pensadores do Sul que pudessem corrigir seus pressupostos.

Segundo o venezuelano Edgar Lander (2000) a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico - que depois se identificaram como Europa - e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade.

Em pouco tempo, com a América Latina o capitalismo tornou-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas com eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje.

Desde o século XVII, nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder, nesse centúria, não sendo um acaso a Holanda (Descartes, Spinoza) e a Inglaterra (Locke, Newton), desse universo intersubjetivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção.

Dentro dessa mesma orientação forma também, já formalmente, naturalizadas as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Esse modo de conhecimento foi, pelo seu caráter e pela sua origem eurocêntrica. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente em crise (Quijano, XXXX, 1991).

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educandos sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder.

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Mais tarde, especialmente a partir de meados do século XIX e apesar da contínua evolução da mundialização do capitalismo, foi saindo da perspectiva hegemônica da percepção da totalidade mundial do poder capitalista e do seu longo tempo de reprodução, mudança e crise. O lugar do capitalismo mundial foi ocupado

pelo Estado-nação e pelas relações entre Estados-nação, não só como unidade de análise mas como único enfoque válido do conhecimento sobre o capitalismo.

A revolta intelectual contra essa perspectiva e contra esse modo eurocentrista de produzir conhecimento nunca esteve exatamente ausente, particularmente na América Latina. Foi a partir do final da segunda guerra mundial, começando obviamente nas áreas dominadas e dependentes do mundo capitalista.

Da América latina, sem dúvida a mais influente das tentativas de mostrar de novo a mundialidade do capitalismo, foi a proposta de Raul Prebisch, Celso Furtado e outros associados da CEPAL nas década de 1950 e 1960, de pensar o capitalismo como um sistema mundial diferenciado em "centro" e periferia". Foi retomada e reelaborada na obra de Immanuel Wallerstein, cuja proposta teórica do "moderno sistema-mundo", de uma perspectiva onde confluem a visão marxiana do capitalismo como um sistema mundial e a Braudeliana sobre a longa duração histórica, reabriu e renovou de modo decisivo o debate sobre a reconstituição de uma perspectiva global, na investigação científico-social do último quartel do século XX.

Nesse novo contexto, estão hoje ativos outros componentes do debate latino-americano que apontam para uma nova ideia da totalidade histórico-social, núcleo de uma racionalidade não-eurocêntrica. Principalmente, as propostas sobre a colonialidade do poder e sobre a heterogeneidade histórico-estrutural de todos os mundos de existência social.

2. MODERNIDADE, COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE

A categoria colonialidade do poder, proposta por Quijano para nomear o padrão de dominação global que se constitui como a face oculta da modernidade, é a noção central que entrelaça as operações epistêmicas anteriores. Noção que permite nomear a matriz de poder própria da modernidade, que impregna desde sua fundação cada uma das áreas da existência social humana.

A colonialidade do poder configura -se com a conquista da América, no mesmo processo histórico em que tem início a interconexão mundial (globalidade) e começa a se constituir o modo de produção capitalista. Esses movimentos centrais têm como principal consequência o surgimento de um sistema inédito de dominação e de exploração social, e com eles um novo modelo de conflito.

Nesse cenário histórico geral, a colonialidade do poder configura -se a partir da conjugação de dois eixos centrais. De um lado, a organização de um profundo sistema de dominação cultural que controlará a produção e a reprodução de subjetividades sob a égide do eurocentrismo e da racionalidade moderna, baseado

na classificação hierárquica da população mundial. De outro, a conformação de um sistema de exploração social global que articula todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital.

Nesse sentido, a colonialidade do poder, tal como foi conceitualizada por Quijano, é a chave analítica que permite visualizar o espaço de confluência entre a modernidade e o capitalismo, bem como o campo formado por essa associação estrutural. É justamente nesse campo de confluência e conjunção que se veem afetadas, de modo heterogêneo porém contínuo, todas as áreas da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade coletiva e a “natureza”, além, é claro, do trabalho e da subjetividade. (QUINTERO, 2010).

Tudo isso pressupõe a existência de uma matriz colonial do poder na trama social que constitui a história da América Latina, um sistema ordenador e acumulativo das relações sociais e da disposição do poder.

Com a emancipação latino- -americana no início do século 19, iniciou -se um processo de descolonização parcial, já que as repúblicas conseguiram livrar -se do peso da dominação política das metrópoles, mas a colonialidade e seus principais efeitos continuaram a ordenar essas sociedades, produzindo -se, com o passar do tempo, diversas estruturações sociais de matriz colonial. É claro que o colonialismo como fenômeno histórico precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, mas a colonialidade sobrevive ao colonialismo.

A colonialidade, em seu caráter de padrão de poder, acarretou profundas consequências para a constituição das sociedades latino -americanas, pois assentou a conformação das novas repúblicas, modelando suas instituições e reproduzindo nesse ato a dependência histórico -estrutural. Impondo a reprodução, subsumida ao capitalismo, das demais formas de exploração do trabalho, desenvolveu -se um modelo de estratificação sociorracial entre “brancos” e as demais “tipologias raciais” consideradas inferiores.

Embora em cada uma das diversas sociedades os setores brancos fossem uma reduzida minoria do total da população, eles exerceram a dominação e a exploração das majorias de indígenas, afrodescendentes e mestiços que habitavam as repúblicas nascentes. Esses grupos majoritários não tiveram acesso ao controle dos meios de produção e foram forçados a subordinar a produção de suas subjetividades à imitação dos modelos culturais europeus.

Em outras palavras, a colonialidade do poder tornou historicamente impossível uma real democratização nessas nações. Por isso a história latino-americana se caracteriza pela parcialidade e precariedade dos Estados -nação, assim como pelo conflito inerente a suas sociedade

3. A perspectiva pós-colonial, as relações internacionais e a América Latina

Segundo Aníbal Quijano a perspectiva pós-colonial traz importantes variáveis para que possamos entender as relações internacionais a partir de outro paradigma. O que deve ser observado é que a construção de uma rede de dominação sobre outros povos perpassa o caráter econômico e político que geralmente procuramos considerar, englobando como característica também a essa dominação a imposição de um saber científico que teoricamente, contribuiu para legitimar e produzir uma lógica colonizadora dentro de inúmeros países, a exemplo da América Latina, objeto de estudo do trabalho.

O saber colonial, em grande parte ou, em sua maioria produzido nos denominados “países desenvolvidos” possibilitou que os processos de colonização sobre a América com início no século XV, se propagasse para um novo colonialismo que ainda hoje é capaz de criar dependências e introduzir dentro das sociedades características historicamente construídas para que a submissão não fosse superada, seja pela divisão em raça ou pela colonialidade do saber que Quijano (2005) nos fala.

No que se refere à construção da moderna sociedade internacional, citamos dois paradigmas, segundo as contribuições de **Dussel (2005)**: de um lado a modernidade se construiria como processo de emancipação das sociedades atrasadas, levando desta forma o desenvolvimento para estes indivíduos como processo civilizador; por outro a construção de tal processo se deu através de uma violência sem precedentes que deixou reflexos ainda não superados por essas sociedades colonizadas de forma justa segundo a visão europeia.

O autor ainda cita o “Mito da Modernidade”, que apesar da citação abaixo ser longa, faz importantes contribuições para o entendimento do mesmo no contexto que aqui é abordado. Elencam-se os cinco primeiros:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista.).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).

5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera) (DUSSEL, 2005, p. 29).

Seguindo, as disparidades sociais, políticas e econômicas advindas desse processo histórico descrito acima é resultado de um sistema internacional construído sob preceitos discriminatórios e enviesados por uma teorização que em muito contribui para que as sociedades dos países periféricos estejam continuamente presas em laços de dependência historicamente construídos e que, ainda hoje insistem em permanecer de forma desigual.

Ainda à luz das contribuições pós-coloniais, convém ressaltar que o desenvolvimento de uma economia europeia capitalista, deve-se em grande parte a contribuição latino-americana a essa consolidação de um sistema-mundo que se apoiara da América Latina para dar seguimento ao seu projeto de acumulação que resultaria em uma Europa mais desenvolvida economicamente.

Na obra “Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina” (2002), de Pablo González Casanova ao longo do livro o debate central recai sobre as relações sociais de exploração, do colonialismo interno e a luta pela democracia, assim como a exploração e dominação em países explorados pelo capitalismo estrangeiro.

Uma ideia que Casanova discute exaustivamente neste trabalho, e que fora formulada por ele, diz respeito ao colonialismo interno. De acordo com o cientista político, essa condição é muito frequente nos países subdesenvolvidos, entre eles o México. Esse quadro de exploração, também interno, obviamente é uma herança do colonialismo europeu do século XVI ao XVIII.

A sociedade dual ou plural resultante do marginalismo se encontra interligada e se conecta a um fenômeno denominado de colonialismo interno, ou seja, a dominação e a exploração de uma sociedade sobre seus membros, em condições econômicas desfavoráveis. O conceito de colonialismo interno proposto por Casanova demonstra que:

- 3.1.1. O "colonialismo" (...) acontece no interior de uma mesma nação, na medida em que haja nela uma heterogeneidade étnica em que se ligam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados. Herança do passado, o marginalismo, a sociedade plural e o colonialismo interno subsistem ainda hoje no México sob novas formas (CASANOVA, 2002, p. 43-44)

Para Casanova tanto o colonialismo externo quanto o colonialismo interno, representam formas de exploração presentes em regiões mais distanciadas das metrópoles e que dependem do investimento do capital estrangeiro para se “desenvolverem”.

O conceito de colonialismo interno sofreu no decorrer do tempo um amadurecimento, passando a relacionar se também com a exploração dos trabalhadores e com a transferência de excedentes das regiões dominadas para as dominantes

4. Epistemologias do Sul e as novas possibilidades de pensar

Segundo Boaventura de Sousa Santos (XXXX), toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido.

Boaventura de Sousa Santos (XXXX) designa a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu

A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados.

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes denomina-se ecologias de saberes (Santos, 2006).

“Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Santos, 1995, p.508)

Mais recentemente, é na oposição entre o pensamento abissal associado à modernidade e um pensamento pós-abissal associado a uma ecologia de saberes que a dimensão epistemológica deste trabalho de construção de um "pensamento alternativo de alternativas" leva à formulação do primeiro esboço do que poderá ser

um programa de investigação sistemático sobre as questões epistemológicas suscitadas pelo período de transição em que vivemos (Santos, 2007). Uma parte crucial desse programa será, precisamente, a interrogação e redefinição dos critérios e procedimentos que permitem estabelecer o que conta como conhecimento ou como saber. Santos formula três grandes conjuntos de interrogações:

- a) Qual a perspectiva a partir da qual poderemos identificar diferentes conhecimentos: Como podemos distinguir o conhecimento científico do conhecimento não-científico? Como distinguir entre os vários conhecimentos não-científicos? Como se distingue o conhecimento não-ocidental do conhecimento ocidental?
- b) Que tipos de relacionamento são possíveis entre os diferentes conhecimentos? Como distinguir incomensurabilidade, contradição, incompatibilidade, e complementaridade? Quem são os tradutores?
- c) Como podemos traduzir esta perspectiva em práticas de conhecimento? Na busca de alternativas à dominação e à opressão, como distinguir entre alternativas ao sistema de opressão e dominação e alternativas dentro do sistema?

A emergência do próprio projeto de uma epistemologia do Sul deve ser compreendida como parte de uma história, de um percurso que parte do envolvimento crítico com as epistemologias dominantes associadas às ciências modernas, com as suas tensões, dinâmicas de debate e propostas de inovação, convergindo com o que o Santos designou de crítica interna da ciência. Num segundo momento, a crítica das ciências passou a outro patamar, o da crítica a partir de saberes, conhecimentos e práticas que a epistemologia dominante caracteriza como não-científicos ou aos quais, sumariamente, pega qualquer valor cognitivo. Neste segundo momento, é a própria concepção ...

Se todos os saberes são reconhecidos, a validade de cada um deles depende do modo como está vinculado às condições situadas e pragmáticas da sua produção e apropriação. As hierarquias dos saberes não podem ser definidas a partir da soberania epistêmica de um modo de saber ou de uma instância "externa" aos saberes mas de forma pragmática, isto é, indissociável das práticas situadas de produção dos saberes. É este tipo de relação que define o que Santos designa de ecologia dos saberes:

"A ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstracto, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real, e deixa de conceber a ciência como a referência ou ponto de passagem obrigatório para o reconhecimento de todos os saberes e conhecimentos. Deste modo, é a própria concepção do que é a epistemologia que é radicalmente transformada. Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo fato de as experiências de vida dos oprimidos lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, às consequências vêm primeiro que as causas (Santos, 2007)

5. A CEPAL e a teoria da dependência - contribuições para o pensamento do desenvolvimento econômico latino-americano

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), vinculada às Nações Unidas (ONU), que passou a elaborar propostas tanto de políticas econômicas quanto de interpretação do desenvolvimento e mudança social, baseados no conceito de centro-periferia.

A CEPAL, que teve como grandes nomes Raul Prebisch e Celso Furtado, discutiram as razões do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a economia de substituição de importação, o modelo associado de desenvolvimento e a sua transição para o capitalismo financeiro. Esta comissão chegou a propor que alguns países mais desenvolvidos da América Latina, como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile apresentavam “condições de fechar o ciclo da industrialização com a participação do capital estrangeiro, para transitarem da economia de substituição de importações para a de produção de bens de capital e de materiais estratégicos.

Para apresentar as contribuições de Furtado é necessário referir-se brevemente à teoria das condições periféricas de desenvolvimento, formulada por Prebisch para a América Latina. Esta necessidade obedece a que Furtado foi um seguidor de Prebisch, que este foi o fundador do estruturalismo latinoamericano e que sua teoria raramente é abordada de forma apropriada na literatura sobre desenvolvimento econômico, já que em geral as referências limitam-se à tese da deterioração dos termos de intercâmbio.

Segundo essa teoria, as restrições ao crescimento estão determinadas pelas condições específicas da América Latina como periferia do mundo desenvolvido. Prebisch caracteriza as economias da região em contraste com as economias “centrais”. Argumenta que as diferenças correspondem a condições de crescimento inadequadas na periferia, que impõem restrições ao processo de industrialização e ao progresso técnico e que requerem estratégias de crescimento coordenadas pelo Estado, porque nessas condições, as forças de mercado por si só são incapazes de viabilizar o crescimento.

Prebisch e a cepal basearam-se na identificação desse conjunto de problemas estruturais da periferia para construir sua análise do crescimento, desenvolvimento periférico e das relações centro-periferia, assim como suas teses fundamentais: **deterioração dos termos de troca, falta de convergência entre as rendas por habitante do centro e da periferia, desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, vulnerabilidade externa, brecha de poupança de divisas e dinâmica do processo de industrialização da substituição de importações**

Ante condições tão problemáticas, o planejamento e a ação estatal são considerados fundamentais para sustentar a industrialização e o progresso técnico, e para evitar as tendências perversas inerentes a tais condições. Para Prebisch, a principal tendência perversa era o desequilíbrio estrutural da balança de pagamento.

Furtado fez importantes contribuições ao corpo analítico estruturalista. Em primeiro lugar, adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo (1959 a 1970) e mostrou que durante séculos, em sucessivos períodos de crescimento e retração (no Brasil, os ciclos da cana-de-açúcar, da mineração e do café), ocorreu a produção e a reprodução de dualidades (ou heterogeneidades) econômicas e sociais, além da baixa diversidade produtiva.

Sua obra “Formação Econômica do Brasil” é uma bem sucedida tentativa de identificar os elementos históricos na formação do país que legitimam o uso do estruturalismo e de suas conclusões em matéria de política econômica (Bielschowsky, 1995). O objetivo era mostrar que a economia brasileira tinha as características de baixa diversidade e dualidade indicadas por Prebisch, de modo que o processo de industrialização da década de 1950 fosse entendido como problemático devido às restrições “histórico-estruturais” ao crescimento que resultam dessas características, e que a coordenação estatal fosse entendida como indispensável para superá-las.

Em segundo lugar, com o livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na América Latina” Furtado iniciou o debate sobre a dificuldade dos setores urbanos modernos para absorver a massiva força de trabalho que se translada do campo às cidades. Provavelmente ele foi o primeiro a levantar a possibilidade da persistência no longo prazo do subemprego na América Latina. Em consequência, foi também pioneiro ao afirmar que a elevação de produtividade em setores modernos pode por um longo período coexistir com baixos salários e manter a secular má distribuição de renda na América Latina.

Para este fenômeno, o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira escreveu o livro “Ornitórrinco: crítica à razão dualista” em que debate como o crescimento dos setores urbanos modernos na América Latina nas décadas de 1960 convivia com as mazelas sociais, na verdade o círculo econômico de alta renda era sustentado pela superexploração dos trabalhadores pobres advindos do campo.

Teoria da dependência

O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases

de um capitalismo autônomo na região, idéia essa defendida pela CEPAL nos idos das décadas de 1940 e 1950. Seu principal argumento é de que o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de resolver os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento. Nesse sentido, a análise do capitalismo latino-americano deveria passar pela compreensão histórica de como se constitui e se reproduziu essa base produtiva, levando em consideração a integração das economias nacionais ao mercado internacional.

Os autores se contrapõem à idéia de que na América Latina prevalecia, em termos da formação social, o chamado “dualismo estrutural”. Segundo essa concepção, as sociedades latino-americanas eram compostas por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam sentido a um outro tipo de sociedade, chamada “moderna”; durante esse processo, formava-se um padrão intermediário, característico dos países em desenvolvimento. A crítica a essa concepção é feita tanto por não considerarem os conceitos de “tradicional” e “moderno” amplo o bastante para abranger todas as situações sociais existentes, quanto pelos mesmos não permitirem distinguir entre tais sociedades os elementos estruturais que definem o seu modo de ser e as condições de seu funcionamento. Um outro problema presente nessa perspectiva é a falta de conexões minimamente lógicas entre as estruturas sociais que pressupõe o “tradicional” e o “moderno” e as diferentes etapas do processo econômico.

Dentro dessa perspectiva, e negando a idéia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas e derivadas de fatores externos - e que, portanto, tanto os elementos estruturais quanto as ações de grupos sociais dos países subdesenvolvidos não eram mais que “desvios” em relação aos países centrais – Cardoso e Faletto procuram formular uma análise que tenha no tipo de integração social das classes e grupos os principais condicionantes do processo de desenvolvimento. O fundamental então era considerar os fatores histórico-estruturais – determinados pela mescla de condicionantes internos e externos - na compreensão dos processos de modernização, em detrimento do tratamento quase exclusivo dado às variáveis exógenas e de seus impactos tanto sobre a estrutura social quanto sobre a estrutura econômica na determinação desse processo.

A ideia central defendida pelos autores é a de que o desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social. Para a análise global do desenvolvimento, mais do que somar aos condicionantes estruturais a compreensão dos fatores sociais, era necessário que ambos fossem interpretados em suas relações de determinações recíprocas. Isso porque não só as condições históricas particulares eram

responsáveis pelo processo de desenvolvimento, mas também os conflitos entre grupos e classes, já que tais conflitos colocam em marcha as sociedades em desenvolvimento. Ou seja, na análise da atuação dos grupos sociais, para além de aproximar os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento, fazia-se necessário construir uma análise que os vinculasse de forma concreta.

Nesse sentido, o desenvolvimento seria resultado de um processo social. Do modo próprio de interação dos grupos e classes, cada qual com seus valores e interesses materiais, surgiria o sistema socioeconômico, e na medida em que esses diferentes grupos e classes conseguissem impor seus interesses e dominação sobre o restante da sociedade, a estrutura política e social iria sofrendo modificações. O sistema econômico, bem como seu desenvolvimento passava, assim, a depender da oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes. Essa nova abordagem rompia com a idéia anterior de que o desenvolvimento se daria pela passagem a modelos “superiores”, condicionados por fatores naturais.

Sendo assim pode-se dizer que, segundo os autores, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna – composta por classes dominantes e dominadas. Sendo assim pode-se dizer que, segundo os autores, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna – composta por classes dominantes e dominadas. É do conflito existente no interior dessas classes e de sua organização, ou seja, da conformação do ambiente e das relações políticas, que se dará à expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro.

Por esse motivo, os autores destacam que o estabelecimento de conexões entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas, tanto em termos internos como em relação aos países desenvolvidos, é tão importante para a interpretação global do desenvolvimento, e conseqüentemente, para o estabelecimento dos determinantes da dependência na periferia. Isso porque, na conformação da economia internacional, ao se vincular a um mesmo mercado economias que apresentavam graus variados de diferenciação do sistema produtivo, criou-se uma estrutura de relações de dominação do centro em direção à periferia. Assim, a análise deve passar pela forma como se deu a vinculação de economias subdesenvolvidas ao mercado mundial, bem como pela forma como se constituíram os grupos sociais internos, o que implica, no plano político e social, o reconhecimento de que a dependência em situações de

desenvolvimento se vincula historicamente com a expansão econômica dos países capitalistas originários.

Em termos sintéticos, o tipo de vinculação estabelecido entre as economias nacionais e o mercado mundial afetaria diretamente as alianças estabelecidas entre os grupos sociais internos e destes com grupos externos. Ou seja, a integração centro-periferia teria por trás um conjunto de relações entre grupos sociais internos e externos, e na medida em que existe uma relação de dominação entre ambos, a imposição dos interesses de uma classe sobre o conjunto da sociedade acabaria por expressar os interesses de grupos externos. É nesse sentido que se estabelece a relação de dependência na periferia. Aqui, a esfera política assume um importante papel quanto ao desenvolvimento das regiões periféricas. Como as políticas de desenvolvimento implementadas na América Latina foram baseadas apenas em fatores conjunturais do mercado, elas foram insuficientes em termos da montagem de um projeto de desenvolvimento autônomo, principalmente por não levar em consideração a importância da modificação das estruturas sociais. O problema do desenvolvimento estava na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e periférico, e não na conduta dos agentes internacionais, como alguns teóricos costumavam argumentar. Dessa forma, seria apenas através da organização das relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que poderia-se produzir políticas que efetivamente se aproveitassem das novas oportunidades de desenvolvimento econômico.

Tais oportunidades se dariam através da conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, sendo que a conjugação desses daria à economia latino-americana uma tal margem de internacionalização que a colocaria nos rumos certos do desenvolvimento. Por isso o desenvolvimento não poderia se dar apenas através da industrialização, mas deveria ter um caráter industrializante associado. Nesse processo, a burguesia nacional assumia seu papel subordinado, ao transferir para o capital externo os setores estratégicos da economia, ficando sob seu controle os setores mais subordinados, a saber, os produtores de bens primários e de consumo não-duráveis

REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

Autores centrais

-Raul Prebisch - escola cepalina

-FCH

-Quijano - colonialidade do poder

Referências nacionais

Caio Prado Júnior (história marxista) - História Econômica do Brasil
Gilberto Freyre - Casa Grande e Senzala
Sérgio Buarque de Holanda - Raízes do Brasil
Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto - Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969) -

Referências internacionais

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: Hall, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais, p. 101-131. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul, p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIJANO, ANIBAL. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. 2005

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 80, p. 09-20, Oct. 2012.

ÁLVAREZ, Roberto Regalado. América Latina entre siglos, Dominación, Crisis, Lucha Social y Alternativas Políticas de la Izquierda. Melbourne: Ed. Ocean Press, 2006. 259p.

FRASE DE FCH

Não há uma rota única para o desenvolvimento. Há diferentes caminhos ou sequências. Opções, no entanto, são limitadas. Ou seja, há tantos caminhos possíveis e estes são determinados historicamente. Alternativas seguidas ontem limitam o conjunto de alternativas disponíveis hoje. E essas escolhas incluem os regimes políticos.

O capitalismo é dependente e associado porque a reprodução do capital não se dá internamente.

links

<https://www.scielo.br/j/ts/a/WKgPpkms59byPqf6LsTTdhj/>

<https://blogdaboitempo.com.br/2022/06/20/alvaro-garcia-linera-militancia-politica-pensamento-critico-e-o-melhor-da-tradicao-marxista-na-america-latinal/>

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>

f

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/#>